

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

Passemos à leitura do item.

- “PLO 9/2003, DA MESA DA CÂMARA. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 25 e ao ‘caput’ do art. 26 da Lei Orgânica do Município de São Paulo. (Sobre composição e mandato da Mesa, e dá outras providências.) FASE DA DISCUSSÃO: 2ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão.

Passemos ao processo de encaminhamento de votação.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, peço que registre a minha presença. Não consigo ver o painel.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Está presente, nobre Vereadora.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhamento de votação, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, estamos diante de uma votação de mudança de Regimento. Trata-se de mudança das regras internas da Câmara Municipal de

São Paulo, portanto, uma votação muitíssimo importante.

O centro da política dessa mudança de Regimento, que causa o voto contrário da Bancada do PSOL, é a possibilidade de uma segunda reeleição para a Presidência da Câmara Municipal de São Paulo.

Em resumo: uma pessoa que já é Presidente na Câmara, há dois mandatos, pode ter direito a um terceiro mandato. Isso, para nós, é uma questão muito de princípio, que é a alternância de poder.

Nós entendemos que a Câmara Municipal de São Paulo tem de ter alternância de poder. Ficar três anos na mesma presidência não há alternância de poder. Isso é grave, na visão da Bancada do PSOL.

Tentamos dialogar com os senhores Vereadores, com o Presidente da Câmara, infelizmente, existe um entendimento de grande parte dos Vereadores que não é problema que se estenda três anos na presidência. Levamos a questão também para o Colégio de Líderes.

Qual a distorção que pode acontecer? No primeiro ano da legislatura pode ter a votação de um presidente, daí ele tem direito a mais duas reeleições, de forma que pode ficar três anos, de numa legislatura de quatro anos, enquanto Presidente da Câmara. Ter um mandato tampão, no último ano que, tradicionalmente, a Câmara está mais vazia, por ser ano de reeleição, passando para a próxima legislatura com direito a mais três anos, o mesmo presidente.

Na prática, é possível criar a seguinte distorção: uma mesma pessoa ficar três anos numa legislatura, mandato tampão, mais três anos, mandato tampão, mais três anos. Isso, para nós, é uma agressão à questão de falta de alternância de poder na Câmara Municipal de São Paulo. Para nós é muito grave.

Nós entendemos, em diálogo com a Presidência da Câmara e com outras Bancadas, que alguns avanços aconteceram, infelizmente, não na magnitude que nós esperávamos.

Nós falamos com o Presidente da Casa, já que vai mudar o Regimento, nós queríamos trazer a mudança em relação ao formato virtual. Foi nesse sentido que tentamos dialogar e negociar. Porque não é possível que todas as outras casas legislativas, a Alesp, o

Congresso, em Brasília, voltaram ao presencial e a Câmara Municipal de São Paulo não volta.

Fui a primeira a defender que tomássemos os cuidados necessários em relação à pandemia. Que nos resguardássemos, que tivéssemos o comprovante de vacinação. Felizmente, chegamos num ponto que temos a Covid-19 numa situação controlada no Município de São Paulo. Demoramos, mas podemos fazer essa afirmação com segurança. A situação está muito mais tranquila do que há alguns meses.

Nada justifica que seja possível fazer votações fundamentais, nesta Casa, de forma virtual. Os professores tiveram de voltar, a saúde inteira voltou, toda habitação, todos os setores do funcionalismo público voltaram, por que só os Vereadores de São Paulo podem na modalidade *online*? São pouquíssimos servidores públicos que conseguem na modalidade online e nada justifica que na Câmara de São Paulo nós consigamos ter uma exceção.

Repito que em Brasília já voltou presencial, Alesp também, e não tem razão de a Câmara de São Paulo não derrubar o sistema online neste momento. Não há justificativa.

Nós tentamos fazer esse debate, avançou, mas não tanto quanto gostaríamos, por isso o nosso voto será contrário a essa mudança no Regimento.

Porém, houve avanços, o que é importante reconhecer, em especial, no caso das votações de fórum qualificado. O caso das votações de fórum qualificado, de 37 votos, se for aprovado esse projeto, passará a ser presencial, e isso nós reconhecemos que é importante,

Agora, nós ainda dizemos para o Presidente da Casa e para todos: esse projeto nos preocupa, e muito, porque fere o princípio de alternância de poder. Não dá para não haver regras que garantam alternância de poder nesta Casa. É claro que todos nós somos eleitos. É claro que todos nós temos representatividade real democrática, mas, aqui dentro, tem de haver alternância de poder.

Nós voltamos a dizer para todos os Vereadores presentes: nós precisamos fazer um debate sério a respeito da modalidade *on-line*. Apenas por esse motivo, o PSOL não vai votar favorável nem mesmo à mudança que se coloca em relação ao *on-line*, ao avanço que há, porque nós não queremos institucionalizar o *on-line* na Câmara Municipal de São Paulo.

Presidente, quero terminar minha fala dizendo que para nós não há nenhum princípio acima do princípio democrático. Nós, mais uma vez, entendemos que a mudança em relação ao tempo da presidência da Casa fere esse princípio da alternância de poder. Portanto, nosso voto é contrário.

Volto a fazer um apelo: nós, como Câmara Municipal de São Paulo, sempre podemos mudar o nosso próprio Regimento. Faço um apelo para que consigamos coletivamente pensar alternativas de funcionamento desta Casa que impliquem uma participação real. A modalidade *on-line* está atrapalhando, e muito, a participação, as decisões, nesta Casa. Não dá para decisões que implicam mudança de regime de servidor ou contrair empréstimos, mudanças grandes nesta Casa, serem feitas de forma *on-line*, com Vereadores que estão com câmera aberta, muitas vezes, no escuro.

Enfim, sabemos que é muito ruim esta situação. É desmoralizante para a Câmara Municipal de São Paulo e nós esperamos conseguir mudar isso em um futuro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo.

Ficamos perplexos, cada dia mais, nesta Câmara Municipal. Ficamos envergonhados, a cada dia, nesta Câmara Municipal. Estamos votando o PLO 9, de 2003. Não estou enganado, não. É o PLO 9, de 2003. Então, já faz 19 anos que esse projeto foi apresentado na Câmara Municipal e nós estamos assistindo a uma grande vergonha.

São as mesmices de sempre: transformar a Casa, a Câmara Municipal, em um puxadinho do Edifício Matarazzo. É a isso que a Câmara está se rebaixando. Tudo que vem do Prefeito, tudo que vem do Edifício Matarazzo para a Câmara Municipal, a Base aliada do Governo vota tudo. Não discute absolutamente nada de concreto e vota, com cabeça abaixada, sem

consciência nenhuma, sem discussão. Vota pela obrigação que tem – ou vota, ou o Prefeito tira os cargos da Base aliada do Governo.

Precisávamos discutir PLOs como, por exemplo, aquele que foi e passou. A grande maioria dos Vereadores e Vereadoras já apoiou o PLO para derrubarmos a proibição da isenção dos aposentados, dos pensionistas, das pessoas acima de 60 anos, dos idosos. Tem anuência de quase todos os Vereadores e Vereadoras e não se pauta esse PLO, para ser votado, para que volte a isenção dessas pessoas que moram no extremo Sul, no extremo Leste e no extremo Norte da cidade de São Paulo e não conseguem pagar as passagens. Não têm dinheiro. Não têm recursos. Estão desempregados. É esse PLO que precisávamos discutir.

Há o PLO do confisco. O Prefeito Ricardo Nunes confiscou aposentadorias e pensões dos servidores públicos que ganham um salário-mínimo. Temos projeto, aqui. Apresentei dois PDLs para derrubar esse projeto, na mesma sintonia que há lá, na Assembleia Legislativa. Foi feito um confisco lá e há um PDL 22 do Deputado Carlos Giannazi, que já está pronto para ser votado. Tem mais de 53 assinaturas dos Deputados e precisa ser pautado. O Presidente da Assembleia Legislativa precisa pautar esse projeto para pôr fim ao confisco de aposentadorias e pensões.

Agora, vir para cá, no dia de hoje, a gente discutir de prorrogação. Assim, é um projeto olhando agora, nós tivemos conhecimento ao texto de lei. É um projeto que permite que tenhamos aqui na Câmara Municipal o presidente ficando seis mandatos. Seis mandatos como Presidente da Câmara: três de uma Legislatura e três da próxima. Não é nada democrático, não é saudável para nenhuma hipótese: nem para o bem e nem mal. Isso não é bom para a democracia. A alternância do poder, a discussão das Casas, o debate das forças políticas. Isso é importante. Isso precisa ser renovado.

Permitir que façamos uma alteração na Lei Orgânica, quando olhei o texto eu imaginava que isso fosse para 2024, para a próxima legislatura, que se faça uma discussão com o próximo prefeito que entrar, com o próximo presidente da próxima Legislatura, não é algo casuístico como está sendo aqui. Estamos em plena Legislatura. Ampliar o prazo de prorrogação

de mandatos não é saudável. Não é saudável. Beira-se um casuísmo e casuísmo atrelado a um golpe. É um golpe.

Estamos muito preocupados com a situação que o Brasil está vivenciando e amanhã teremos a manifestação do Sr. Presidente chamando, incitando seus apoiadores a um possível golpe. Como fez ano passado, xingando o Ministro do Supremo Tribunal Federal, desrespeitando todas as instituições estabelecidas aqui no Brasil, e se fala em um possível golpe e estamos tendo aqui no dia de hoje um remedo de golpe, porque prorrogar mandatos em plena Legislatura dos presidentes, das pessoas que ocupam os cargos, não é saudável, não é bom.

Nós posicionamos a respeito disso. A Bancada do PSOL é veementemente contra alteração casuística, qualquer golpe dentro da Câmara Municipal. Vamos votar contra, mas também, pedir que as Sras. e Srs. Vereadores tenham consciência do que estão fazendo, porque, a alternância - volto a dizer - a alternância do poder, seja em qualquer Casa Legislativa ou no Executivo para a democracia é muito importante.

Não concordamos. Precisamos votar projetos que beneficiem a população, não que beneficiem grupos econômicos, não beneficiem interesses próprios dentro da Câmara Municipal. Temos na pauta projetos importantíssimos que a cidade carece. Esse da isenção para as pessoas idosas, acima de 60 anos, é uma emergência que precisamos discutir aqui. Não isso. Não prorrogação, não golpe, não casuísmo. Por isso a Bancada do PSOL encaminha voto contrário a esse PLO. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Eu acho que uma das maiores dificuldades que a Oposição teve e continua tendo aqui na Câmara Municipal, é efetivamente fazer oposição. Eu presto muito atenção aos mais antigos, mais experientes falam e todos eles falam que nunca foi tão fácil para o Governo para passar e aprovar as propostas. Aí acho que

temos aqui uma situação de excepcionalidade que foi prorrogada, propositalmente, para que o Governo tivesse essa facilidade toda.

Nós tivemos sim, o processo da pandemia. Esse processo foi doloroso. Esse processo exigiu de nós várias medidas sanitárias inclusive o fechamento das repartições públicas, inclusive o funcionamento virtual. Mas agora temos uma prorrogação desse sistema virtual aqui na Câmara Municipal, que não tem outra explicação:

É para favorecer e para facilitar a vida do Governo Municipal, a vida do Prefeito, que, por conta de um sistema de votação e de debate virtual, consegue aprovar tudo com facilidade enorme. Tivemos exemplos na Casa, bizarros, durante a votação do SampaPrev, que era um projeto muito importante não só para o Prefeito, que queria aprová-lo, como também para os servidores públicos, que se mobilizaram contra sua aprovação, e tivemos Vereadores que votaram esse projeto desde outro País. Isso só foi possível porque o sistema virtual permitiu. Tivemos várias votações na Casa em que Vereador era acordado às três horas da manhã, de pijama, para votar.

É por isso que nós do PSOL colocamos que essa mudança no virtual é e era fundamental nessa mudança do Regimento. Não é mais possível que o Congresso Nacional, a Câmara Federal, o Senado Federal, a ALESP já funcionem 100% no presencial, e nós da Câmara Municipal de São Paulo estejamos funcionando no virtual para favorecer a governabilidade do Prefeito Ricardo Nunes. Isso não vai ser alterado com essa mudança no Regimento e na Lei Orgânica do Município. Mais: além de isso não ser mudado - porque hoje, como está, é antidemocrático, pois favorece demais o governo e prejudica a oposição -, há uma questão muito complicada, a da não alternância de poder pela possibilidade, em mais uma legislatura, da reeleição da Presidência. Essa não é uma questão pessoal, mas de querermos uma Câmara mais democrática ou menos democrática. O que se está fazendo é uma manobra regimental para que o governo tenha mais governabilidade, para que haja pessoas à frente da Câmara Municipal com condições de exatamente fazer passar as propostas do Prefeito Ricardo Nunes. Tanto é assim que essa proposta tem o apoio da base de sustentação do Prefeito, que

quer exatamente isto: uma Câmara dócil, sem oposição de verdade, em que a oposição não tenha condições de utilizar o Regimento contra as propostas do Prefeito.

Por isso, nós do PSOL questionamos muito essa mudança. Soltamos uma nota contra essa mudança regimental e achamos que essa mudança vai tornar a Câmara mais antidemocrática ainda, porque, como eu disse no início, seria fundamental mudar o sistema virtual para que tivéssemos mais democracia. Houve, sim, algumas mudanças, houve alguns avanços; porém, a questão do virtual não foi mudada. E esse ponto não sendo mudado, a posição da Bancada do PSOL é contrária a esse projeto. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Muito boa-tarde a todos. Cumprimento os que nos acompanham de forma virtual. Quero me dirigir aos Srs. Vereadores para falar sobre a alteração do Regimento, que foi discutida inclusive no dia de hoje no Colégio de Líderes. Nós da Bancada do PT nos reunimos em algumas oportunidades e discutimos o tema, pois achamos que há necessidade de mudanças. Por essa razão, apresentamos algumas sugestões, que foram acolhidas. O fato de elas terem sido acolhidas faz com que haja compromisso da Bancada do PT de votar favoravelmente, pois achamos importantes as mudanças que serão feitas.

Primeiro, quero registrar que está garantida a alternância de poder. Isso está garantido. A eleição será feita anualmente, da forma que sempre foi. Está garantido o princípio da alternância de poder, nisso não se mexe.

Segundo, está garantido o princípio da proporcionalidade. Para se eleger Presidente, é preciso haver o voto da maioria absoluta. Então, está garantido o princípio da proporcionalidade. Quem tiver votos, candidata-se e pode ser eleito Presidente, independentemente de ser um mandato ou dois. Registro mais ainda: Em diversas câmaras municipais pelo Brasil afora, o modelo já é esse. Aliás, disputa-se um mandato por dois anos, a

exemplo da Câmara Federal e a exemplo de outras câmaras de Vereadores. É assim que funciona. Agora, para ser eleito Presidente, tem que construir a maioria, tem que ter votos.

Então, não vai haver mudança nesse sentido. Assim, não há razão para vir aqui e dizer que somos totalmente contra. Nós sugerimos algo que entendemos ser importante, especialmente quando estamos discutindo matéria de quórum qualificado, porque não dá para continuar sendo votado de forma virtual. Por vezes, nós estamos votando matéria importante aqui, e o voto é de forma virtual. Aí achamos que aquilo é um prejuízo para o parlamento. Então, essa reivindicação nós apresentamos e está sendo acolhida.

Então, o que ficou acertado? Matéria de quórum qualitativo será votada de forma presencial, ou seja, o Vereador vai ter que estar aqui na sessão, nobre Vereador Eli Corrêa, para poder votar. No momento de pandemia, tudo bem. Entendíamos, mas a pandemia já está superada, já passou. Então, mais do que justo que seja acolhida essa sugestão.

Outra questão é reclamação de vários Pares aqui, que questionam o Pequeno e o Grande Expedientes. Mais ainda, foi adotado, num passado recente, que não se poderia fazer permuta do Grande Expediente. Se a pessoa não falasse, no Grande Expediente, não poderia fazer permuta com outro Colega. Está sendo colhida também essa sugestão, porque nós apresentamos e achamos que é importante o Grande Expediente. É importantíssimo, para que possamos fazer os debates aqui na Casa. É fundamental. Isso está sendo acolhido também. Então, a partir dessa votação - e achamos que é importante - está se recuperando isso também.

Outro item que presumo ser importante - que também foi suprimido no passado recente - é que o parlamentar venha aqui à tribuna e faça uso da tribuna - isso é bacana e legal - mas sem estar trajado de forma adequadamente, de forma como tem que se portar um parlamentar, porque aqui é para se usar a tribuna, se portar de forma a dar exemplo para o povo. Não é de qualquer jeito e, às vezes, a pessoa chega aqui de traje todo esportista. Daqui a pouco, vem com uma camiseta de um clube de futebol para usar a tribuna e vai falar da mesma forma, e vai ter o direito. Então, está sendo corrigido isso, está sendo corrigido.

Então, não vejo aqui problemas de votação contra, alegando que está tirando o direito

de proporcionalidade, esse tipo de coisa. Pode ser que para uns hoje não, mas não podemos pensar só no momento. Eu não quero pensar só no momento. Eu quero pensar na Câmara Municipal agindo. Se querem ser candidato e ter um mandato ou dois, basta disputarem. Se tiverem as condições de ter o voto suficiente da maioria absoluta, vai ser eleito Presidente. Eu já disputei a primeira secretaria. Perdi, a minha chapa perdeu. E daí. Qual é o problema? Nós perdemos. E se nós tivéssemos ganho? Poderia disputar novamente?

Então, dessa forma, eu não vejo nenhuma razão para certos questionamentos. Assim representando a bancada de Vereadores do Partido dos Trabalhadores, meu voto será favorável. Não tenho problema quanto a isso, e o voto será favorável, Sr. Presidente, porque foi discutido, em reunião de bancada, e a sugestão veio de diversos Vereadores da bancada. Todos apresentaram sugestões e está sendo acolhido, nesse momento, no texto original, que será votado.

Então, reforço aqui e recomendo o voto favorável da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Janaina Lima.

A SRA. JANAINA LIMA (MDB) – Senhoras e Senhores, nobres Vereadores, todas as pessoas que nos acompanham de casa, venho cumprimentar a todos pela propositura da alteração da Lei Orgânica.

Gostaria de deixar algumas reflexões do texto que votaremos daqui a alguns minutos. Entendo que, nesse momento, em que discutimos muito, primeiro meu total, viu, Sr. Presidente, da continuidade de V.Exa. em mais um mandato, tenho conversado muito com o Prefeito Ricardo Nunes, o qual tem se colocado totalmente favorável a todas as questões importantes para a Cidade, e V.Exa. também Presidente Milton Leite que tem conseguido conduzir e aprovar leis

importantes, então, esse reconhecimento é essencial por parte de nós Vereadores que, aqui, estamos ao seu lado, votando todas essas proposições fundamentais.

No entanto, tem algumas questões que ficam para a reflexão da Casa, pois, como estamos incluindo na questão dessa alteração da Lei Orgânica, a instituição do Renda Mínima. Mas isso é uma alteração que deve ser objeto de apreciação do Poder Executivo. Para que isso não seja, para que não alcancemos esse feito, uma vez que temos uma propositura tão linda e um objetivo tão nobre nesse momento de pandemia, gostaria de sugerir que esse recurso que sempre sobra das economias da Câmara Municipal seja destinado ao Fundo de Combate à Fome e que o Sr. Prefeito institua a Renda Mínima até o montante desse valor, assim a Câmara estaria dando uma destinação do recurso em que ela faz a gestão.

Um segundo ponto, Sr. Presidente, que gostaria de deixar consignado é entender, porque nós havíamos feito, uma alteração da cessão do tempo de um Parlamentar para outro. É importante, então, entendermos de que forma isso será feito. E até mesmo para que isso não seja objeto de obstrução do Executivo, o qual tem feito tanto pela nossa cidade, não é verdade Vereador Eli Correa? Nosso Prefeito Ricardo Nunes tem dado condições super relevantes para o desenvolvimento da Cidade.

Por último, Sr. Presidente, acho importante todos os nobres Pares entenderem de que forma essas alterações, que darão – vamos dizer assim – ordens, pois estamos dizendo o que o Executivo terá de fazer a partir de uma alteração da Lei Orgânica por parte de nós, Poder Legislativo, em um momento em que a nossa sociedade tem criticado tanto o Supremo Tribunal Federal por estar se intrometendo nas decisões, nos processos decisórios do Poder Executivo e do Poder Legislativo, nós – Poder Legislativo – da principal Casa Municipal do nosso país, não podemos nós fazermos o mesmo, interferindo nos demais poderes.

Então assim eu deixo essa reflexão para que a gente chegue a um bom termo para que consigamos fazer essa recomendação do Presidente Milton Leite, que tem feito um bom trabalho, no entanto, corrigindo eventuais excessos para que a gente possa ter a continuidade de mais um bom mandato de V.Exa. Muito obrigada.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar consignado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Encerrado o processo de encaminhamento, passaremos ao processo de votação.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) - Essa votação agora não significa absolutamente um compromisso de recondução e V.Exa. à Presidência da Câmara Municipal. Não significa. Isso aí não está no texto. Se fosse isso, eu votaria contra. Então, eu vou deixar bem claro, se há possibilidade, mas isso não é um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não, Vereador, a lei é pessoal.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Isso não é um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nem de voto nem de nada. A primeira pré-condição para que eu seja eleito é que eu seja candidato, e isso tem que ser construído na Câmara.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Começa por aí. O segundo é que se V.Exa...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereador Arselino...

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – ...não tem o meu apoio neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereador Arselino Tatto, toda construção se faz ao longo do processo. Não é neste momento que nós discutimos a reeleição do Presidente.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – A narrativa está errada. Então, eu acho que é o seguinte: todos os candidatos que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A lei é impessoal, Vereador.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – E eu já me apresento agora para ser candidato a Presidente da Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Talvez haja disputa.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Nem o meu irmão anda me apoiando...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Talvez haja disputa, nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – ...como candidato à Presidência da

Câmara Municipal. Quero deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Mas nós estamos em processo de votação.

- Manifestações no ambiente virtual.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) - (Pela ordem) – Nobre Vereador Jair, olhe o Vereador Arselino Tatto falando.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Vereador Jair, queria dizer que eu votaria no senhor no caso de uma eventual candidatura.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Mas tudo bem, é uma caminhada.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Esse é o Vereador Arselino, não é o Vereador Jair, não.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Eu votaria em V.Exa., Vereador Arselino. Quero deixar registrado que eu votaria em V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A eleição para a Presidência é no final do ano. Neste momento, é só a alteração da Lei Orgânica, que é impessoal e inominada. Nós não estamos votando em algo para mim, pois o Vereador Milton não disputa mais a reeleição, contradizendo o que disse V.Exa., que eu me perpetuarei em 2025, mas, para a felicidade de V.Exas., eu não estarei mais aqui. Não aqui no Plenário desta Casa.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Não! V.Exa. é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos o PLO 09/2003, da Mesa Diretora.

Lembro aos Srs. Vereadores que, como se trata de *quorum* qualificado, será de forma híbrida, da seguinte forma: presencial, obviamente na forma do Regimento, e virtual, com a condição de aparecer a voz e o voto, não podendo ser o voto somente pelo sistema eletrônico; há necessidade da fala do Vereador.

Em votação o PLO 09/2003.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) - (Pela ordem) – Voto “sim” e encaminho voto “sim” do MDB.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Voto “sim” e pede que a Bancada do PSDB vote “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Voto “sim” e encaminha voto “sim” do Republicanos.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Voto “sim”, acompanhando o meu Líder Vereador Xexéu, do PSDB.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. RODOLFO DESPACHANTE (PSC) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) - (Pela ordem) – Eu e a Bancada do Solidariedade votamos “sim”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Voto “sim”, seguindo o meu Líder, Vereador Marcelo Messias.

A SRA. NOEMI NONATO (PL) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

A SRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. ALFREDINHO (PT) - (Pela ordem) – Voto “não”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - (Pela ordem) – Voto “não”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Voto “sim” e encaminhado voto “sim” do Bloco PSD/PSC.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Voto “sim” a pedido do Vereador Camilo Cristóforo.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Voto “sim” e indico voto “sim”.

O SR. DANIEL ANNENBERG (Sem Partido) - (Pela ordem) – Voto “não”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) - (Pela ordem) – Voto “não”.

O SR. FELIPE BECARI (UNIÃO) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,
com a anuência do meu Líder Senival Moura, neste caso eu voto “não”, com todo o respeito ao
Presidente Milton.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Não há problema.

Vereador George Hato.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – (Pela ordem) – Quando Presidente
aqui, achei que só deveria haver uma reeleição. Então, o meu voto é “não”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”. Requeiro declaração de voto.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Concluída a votação, passemos à proclamação do resultado: votaram “sim” 40 Srs. Vereadores; “não” 09 Srs. Vereadores. Está aprovado.

Há sobre a mesa emenda, que será lida.

- É lido o seguinte: (emenda ao PLO 09/2003)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lida a emenda, passemos à votação.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, quero saber sobre a declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Será após a votação da emenda, nobre Vereador.

Passemos ao processo de votação da emenda A votos a emenda que altera a LDO. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) - Sr. Presidente, V.Exa. falou que essa emenda altera a LDO?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – É da Mesa Diretora, Vereador, é esse o caso. É esse o projeto, Vereador.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – O que tem a ver com a Lei Orgânica.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – É esse o projeto que versa sobre a alteração do mandato da Mesa.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Não é LDO.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – É PLO, Lei Orgânica. Tem razão
V.Exa.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Agora corrigiu.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Está certo, PLO, projeto de Lei
Orgânica, não é LDO. É PLO 9/2003. Em votação nominal a emenda ao PLO 9/2003. Os Srs.
Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Este Presidente vota “sim” e
encaminha voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e
encaminho voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e
encaminho voto “sim”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto

“sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. NOEMI NONATO (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e encaminhamento voto “não”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FELIPE BECARI (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e encaminho voto “não”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, com
autorização do Líder, Vereador Senival Moura, voto “não”.

O SR. RODOLFO DESPACHANTE (PSC) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto
“sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto
“sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DANIEL ANNENBERG (Sem partido) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram sim os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Votaram “sim” 42 Srs. Vereadores; “não”, 08 Srs. Vereadores; absteve-se de votar, 01 Sr. Vereador. Aprovado. Vai à redação final.

Passemos à declaração de voto.

Tem a palavra, para declaração de voto, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Sr. Presidente, queria deixar claro para todos e todas porque eu votei contra.

Estou nesta Casa há 10 anos e, por conta da pandemia, nós já estamos flexibilizando várias questões. O tempo de voto, que era de três minutos, passou para cinco minutos; e agora nós estamos fazendo votações *on-line*. Mesmo assim, só na hora da votação é que abre a Câmara. Nem, por exemplo, no Congresso de Comissões, precisa de abrir a Câmara para votar; deixando, do meu ponto de vista, um espaço muito largo para que os projetos de qualquer governo, não só desse governo, passem com a maior tranquilidade.

Já não basta o sistema político do Brasil, que é o “dando que se recebe”, em que a maioria do Executivo usa as Subprefeituras e cargos do Governo para amarrar bancadas de Vereadores e Vereadoras para o voto; agora, de forma casuística, muda-se a Lei Orgânica do Município, como a Vereadora Janaína falou muito bem e pelo que se fala nos corredores desta Câmara o tempo todo, para que o nobre Vereador Milton Leite tivesse mais tempo de mandato. E nada contra o Vereador Milton Leite, que acredito inclusive que o nobre Vereador está bem mais democrático do que já foi outro dia. Então, não é uma questão pessoal, mas o fato é que o nobre Vereador Milton Leite deu uma ascensão muito grande com os Vereadores desta Casa.

Eu nunca vi esta Casa Municipal ser tão direcionada do jeito que o Governo quer para aprovar os seus projetos, sem qualquer dificuldade.

Agora, a minha pergunta é: na base desse governo, na base desses Vereadores, somente o Milton Leite tem competência? Eu, se eu fosse da base, eu ficaria, no mínimo, desconfortável. O governo não tem nenhum outro Vereador qualificado para tocar a Câmara